

RESUMO

A Educação Emocional como Fator de Prevenção à Violência

Autora: Anniely Laís Lima Melo-UFPB

annylais8@gmail.com

Co-autor: João Pedro dos Anjos Figueirêdo –UFPB

contatopedroosanjos@bol.com.br

Co-autora: Dra. Elisa Pereira Gonsalves – UFPB

elisa.gonsalves@gmail.com

Nos últimos anos, a discussão sobre problemas existentes no âmbito da educação escolar tem remetido, invariavelmente, para a questão da violência. Há muito ela invadiu os muros da escola, corporificando-se através de diversas regras instituintes e perversas que geram comportamentos destrutivos. O objetivo central deste artigo é o de ressaltar a importância da Educação Emocional como uma forma de prevenção primária inespecífica da violência infanto-juvenil. Para tanto, foram destacados neste texto duas questões: as expressões da violência e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; e a violência, a co-ocorrência de comportamentos problemáticos e a Educação Emocional. Ao final das reflexões, pode-se concluir que as emoções desempenham um papel central nas nossas vidas, especialmente por serem estruturantes no desenvolvimento de uma pessoa. Elas influenciam a personalidade, estão nos comportamentos, têm impactos na nossa saúde. Além disso, registra-se que as emoções estão na fonte da aquisição de competências fundamentais para lidar com exigências sociais e promovem a capacidade de estabelecer relações interpessoais harmoniosas e saudáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Prevenção; Educação Emocional.

A Educação Emocional como Fator de Prevenção à Violência

Autora: Anniely Laís Lima Melo-UFPB

annylais8@gmail.com

Co-autor: João Pedro dos Anjos Figueirêdo –UFPB

contatopedroosanjos@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a discussão sobre problemas existentes no âmbito da educação escolar tem remetido, invariavelmente, para a questão da violência. Há muito ela invadiu os muros da escola, corporificando-se através de diversas regras instituintes e perversas que geram comportamentos destrutivos.

O objetivo central deste artigo é o de ressaltar a importância da Educação Emocional como uma forma de prevenção primária inespecífica da violência infanto-juvenil. Para tanto, foram destacados neste texto duas questões: as expressões da violência e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; e a violência, a co-ocorrência de comportamentos problemáticos e a Educação Emocional.

1. Expressões da Violência e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

A violência é o retrato da violação dos direitos humanos fundamentais. Manifestando-se de diversas formas, nos mais diferentes espaços e em todas as classes sociais, afeta a saúde, a educação e a qualidade de vida das pessoas. Os maus-tratos, abuso ou violência doméstica, que se configuram como campo de atuação dos profissionais da educação, são mais visíveis nas camadas populares empobrecidas que, utilizando os serviços públicos de educação, saúde como ambulatórios e serviços de emergência, de assistência social e outros, conferem maior visibilidade a esses eventos.

Em 2003 foram registradas 1.600.000 mortes violentas no mundo. O suicídio é a principal causa, com mais de 50%. Seguem os homicídios com 31% e os conflitos bélicos com 19% (Bisquerra, 2000:9).

Esta situação alarmante pode ser traduzida nos seguintes números: taxa de 13 homicídios para cada 100 mil crianças e adolescentes, o que leva o Brasil a ocupar a 4ª posição entre 92 países do mundo analisados, com índices entre 50 e 150 vezes superiores aos de países como Inglaterra, Portugal, Espanha, Irlanda, Itália, Egito, etc.

cujas taxas mal chegam a 0,2 homicídios em 100 mil crianças e adolescentes (Waiselfitz, 2012: 79).

É importante destacar que os avanços na cobertura do sistema de saúde, de saneamento básico e educacional do país, pela melhoria das condições de vida, reduziram enormemente as taxas de mortalidade infanto-juvenil. No entanto, as causas externas de óbito em 2010 foram responsáveis por mais da metade do total de óbitos de crianças e adolescentes com um ano ou mais de idade:

Esmiuçando as causas externas nas três décadas estudadas, o aumento observado das taxas foi insignificante no caso de vítimas de acidentes de transporte – 7% - e infinitamente maior nos homicídios: 346%. O fato comum nas duas é que tanto os números quanto as taxas são bem mais elevadas nos extremos na escala etária. Mais elevados nos dois primeiros anos de vida das crianças, depois caem progressivamente, mas voltam a crescer e de forma drástica a partir dos 13 anos de idade. Esses dois índices representavam, em 2010, acima de 70% dos óbitos por causas externas e, longe de diminuir, sua tendência natural é aumentar ainda mais. (Waiselfitz, 2012: 80).

Os maus-tratos sofridos na infância e adolescência, fases da vida de maior vulnerabilidade, por serem praticados, em sua maioria, no âmbito intrafamiliar, são silenciados e justificados, muitas vezes, pelas alegadas inviolabilidade do lar e não invasão da sua privacidade. Esses argumentos dificultam a atuação preventiva e o adequado encaminhamento das vítimas, podendo se perpetuar por meses e anos. A violência pode ser manifestada de diferentes formas:

- a. **Violência Física:** Ação intencional que causa danos à integridade física de uma pessoa, podendo ser de um tapa à um espancamento;
- b. **Violência Psicológica:** Ato de intimidar, manipular, ameaçar direta ou indiretamente prejudicando a saúde mental através de gritos, xingamentos, humilhações, discriminações e isolando a pessoa do convívio social;
- c. **Violência Moral:** Ato de difamar, caluniar, manchando a honra de uma pessoa;
- d. **Violência Sexual:** Caracteriza-se pela ação de obrigar uma pessoa a manter contato sexual, limitando ou anulando a vontade do agredido, coagindo a manter relações com o agressor ou com terceiros, sendo uma relação hétero ou homossexual. Divide-se em diferentes formas:

- Exploração - a pessoa agredida é tratada como mercadoria, recebe uma gratificação do agressor ou de terceiros; envolve também o tráfico sexual;
 - Abuso - a agressão ocorre sem pagamento; é comum acontecer de maneira intrafamiliar;
 - Estupro – quando ocorre conjugação carnal (penetração pênis-vagina);
 - Assédio – abordagem insistente com propostas objetivando obter vantagem sexual;
 - Atentado violento ao pudor – constrangimento por meio de ameaças e/ou violência à práticas de atos libidinosos. Penetração pênis-ânus;
 - Pornografia infantil – produção ou venda de conteúdos contendo imagens pornográficas ou cenas de sexo entre crianças e/ou adolescentes.
 - Pedofilia – trata-se de atividades sexuais com crianças;
 - Incesto – contato sexual entre parentes.
- e. **Violência Fetal:** É a prática da gestante em que agride o feto; ações como uso de drogas, uso abusivo do álcool, negligência do pré-natal e aborto. Violência física cometida por outra pessoa em uma gestante também se enquadra nesta categoria;
- f. **Autoagressão:** Ato de violentar a si mesmo; suicídio e automutilação.
- g. **Negligência:** O abandono ou o não provimento das necessidades básicas de uma criança e/ou adolescente; a omissão também é considerada uma violência.

A problemática da violência doméstica atinge todo o país e no Estado da Paraíba foi registrado, no ano de 2011 um total de 435 casos de violência física contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado da Paraíba, a situação no ano de 2011 foi a seguinte:

Atendimento 2011						
Público alvo	Gênero	Tipos de violência				
		Violência física	Violência psicológica	Abuso sexual	Exploração sexual	Negligência
Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	F	206	525	671	205	864
	M	229	502	167	71	843
Subtotal		435	1.027	838	276	1707

Fonte: Relatório técnico dos CREAS regional e municipal. Janeiro de 2012.

Este quadro é agravado se levarmos em consideração a violência externa. O Brasil ostenta, dentre os 99 países do mundo, o 4º lugar em homicídios em geral. De acordo com Waiselfisz (2012:48), “as taxas cresceram 346% entre 1980 e 2010 (...) vitimando 176.044 crianças e adolescentes nos trinta anos entre 1981 e 2010. Só em 2010 foram 8.686 crianças assassinadas: 24 cada dia desse ano”.

Sobre a violência externa, infelizmente a capital da Paraíba em destaque. Dentre os 100 municípios brasileiros com 20 mil crianças e adolescentes, ou mais, com as maiores taxas de homicídio (em 100 mil), João Pessoa aparece em 10º lugar – índice inaceitável, que exige medidas concretas de prevenção e combate.

Para lidar de forma eficiente com esta realidade, temos no Brasil o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), que se consolidou a partir da Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) de 2006. Destacamos que este Sistema nasceu de um movimento anterior, que envolveu desde a Constituição de 1988 até o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É importante destacar que o SGDCA é formado pela integração e a articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil como um todo. De forma articulada, este Sistema está estruturado em três grandes eixos de ação: defesa, promoção e controle.

O primeiro eixo, que é a defesa, contempla as leis e as instâncias judiciais, a fiscalização e sanções quando existe o descumprimento de leis. Um dos principais órgãos é o Conselho Tutelar, que observa e encaminha em campo os casos de violações dos direitos que podem vir a ocorrer com crianças e adolescentes, além da promotoria do Ministério Público, que age em casos de abusos dos direitos.

O segundo eixo é o da proteção, que inclui todos os responsáveis por executar o direito, transformá-lo em ação. Assim, estão incluídos neste eixo profissionais da educação, médicos, enfermeiros, enfim, todos os responsáveis pela realização do direito à educação, à saúde e a todas as necessidades básicas. Neste eixo está incluído o próprio governo, que exerce um papel importante na promoção de direitos, como por exemplo, a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

O terceiro eixo de ação é o do controle, onde se destacam os Conselhos de Direitos, que são espaço de participação da sociedade civil para a formulação, supervisão e avaliação de políticas públicas.

2. Violência, Co-ocorrência de Comportamentos Problemáticos e Educação Emocional

Pesquisas indicam que comportamentos de risco raramente se encontram isolados; eles aparecem como uma confluência de fatores que, juntos, produzem determinadas ações problemáticas. Um exemplo disso é o registro de que foi observado em pesquisa de Dryfoos (1997) que 28% de estudantes do ensino médio que possuem uma conduta antissocial, 37% fumam, 54% consomem álcool, 72% são ativos sexualmente e 34% passam por estados depressivos (Dryfoos in Bisquerra, 2000:10).

É possível perceber a existência de co-ocorrências de comportamentos problemáticos, que se encontram intimamente relacionados, daí não poderem ser tratados de forma isolada. Nas palavras de Bisquerra

Raramente um fator específico de risco incide em um único comportamento desajustado; mas sim são múltiplas formas de comportamento desajustado que se associam a um mesmo fator de risco. Isto explica, em parte, os elevados índices de co-ocorrência de comportamentos problemáticos (Bisquerra, 2000:10, tradução nossa).

Neste sentido, Bisquerra (2000) distingue os seguintes fatores de risco:

Fatores de Risco

Fatores de Risco	Categorias
Indivíduo	Deficiências, patologias, dificuldades de aprendizagem, dificuldades emocionais e comportamentos problemáticos precoces.
Família	Psicopatologias familiares, tensão marital, conflitos entre membros da família, desorganização na estrutura familiar, status socio-econômico baixo, família numerosa, alta rotatividade, laços inseguros com os pais, severidade, inconsistência dos pais.
Grupos	Rejeição a companheiros, pressão negativa do grupo, modelos negativos das pessoas.
Escola	Assistência ineficaz da escola, fracasso escolar, descontentamento.
Comunidade	Desorganização da comunidade, delinquência, acesso a armas, desemprego, disponibilidade limitada de recursos.

Fonte: Bisquerra(2000)

No ano de 2004 foi desenvolvido o Projeto Escola que Protege, pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizadora e Diversidade (Secad). Tendo como objetivo gerar ações educativas, sobretudo preventivas para reverter à violência contra crianças e adultos.

O Programa foi estabelecido, no ano de 2006, como prioridade básica a formação de professores e demais profissionais envolvidos com a educação para atuarem como aliados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Essa concretização aconteceu através de um curso de educação a semi-presencial, realizada em regiões do Brasil por Universidades Federais e Estaduais.

Tem por finalidade, qualificar os profissionais da educação na identificação, notificação e encaminhamento de casos de violações de direitos de crianças e adolescentes, considerando o papel da escola na rede de proteção integral e junto ao sistema de garantia e direitos. É importante ressaltar que o Programa Escola que Protege, não combate a violência contra crianças e adultos, é um programa preventivo.

Consideramos fundamental operar um deslocamento da patogénese para a salutogénese (Bisquerra:2000), isto é, considerar os fatores de risco e tratar do enfrentamento à violência mas, sobretudo, agir no sentido de criar redes protetoras que acenem para a prevenção.

Cientificamente, pouco se conhece ainda sobre os fatores protetores, entretanto, a informação disponível indica dois tipos de fatores:

Fatores Protetores

Fatores Protetores	Categorias
Pessoais	Competências sociais e emocionais (habilidades sociais, disposição favorável, habilidades de solução de problemas sociais, auto-eficácia, autoestima, habilidades de comunicação efetiva e aspirações elevadas).
Ambientais	Compromisso forte com pelo menos um adulto, comportamento apropriado dos pais, implicação em organizações construtivas, atividades sociais e acesso a boas escolas.

Fonte: Bisquerra(2000)

É justamente este olhar, que acena na direção da Educação Emocional para a prevenção à violência. A Educação Emocional pode ser compreendida como um

Processo educativo, contínuo e permanente, que pretende potencializar o desenvolvimento emocional como complemento indispensável ao desenvolvimento cognitivo, constituindo ambos os elementos essenciais de desenvolvimento da personalidade integral. Para isso se propõe o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades sobre as emoções com objetivo de capacitar o indivíduo para lidar melhor com os desafios que se colocam na sua vida cotidiana. Tudo isso como finalidade de aumentar o bem estar pessoal e social (Bisquerra, 2000:243, *tradução nossa*).

Um novo marco educativo se delineia mundialmente, contemplando as competências socioafetivas do alunado e as interações que se produzem no processo pedagógico. Neste sentido, âmbitos transversais adquirem cada vez mais força no currículo, como é o caso da educação em valores, educação para a paz e as competências socioemocionais. A construção de um programa de Educação Emocional adequada à realidade brasileira surge relevante com o objetivo de favorecer o aprendizado de uma forma singular de lidar com as próprias emoções. Não se trata de controlar, manipular ou esconder as emoções; trata-se de vivenciar a emoção para o próprio bem-estar, sentindo, aceitando e compreendendo o que a emoção está informando, para desenvolver novas competências.

A noção de competência está associada a uma capacidade de mobilizar diversos recursos para enfrentar uma situação, destacando quatro aspectos: mobiliza, integra e orquestra saberes e atitudes em situações singulares; passa por operações mentais complexas que permitem determinar e realizar uma ação relativamente adaptada à situação; é construída em formação e também em situações cotidianas (PERRENAUD, 1999). Por sua vez, as competências emocionais, também denominadas de competências socioemocionais, se referem a um conjunto de capacidades que permitem compreender, expressar e regular de forma apropriada os fenômenos emocionais, incluindo a consciência emocional, o controle da impulsividade, trabalho em equipe, cuidar de si mesmo e dos demais, etc. (BISQUERRA, 2000).

Diferentes autores apresentam uma classificação das competências socioemocionais, como, Pérez Escoda (2001), Saarni (1999), Graczyk et al (2000). A princípio, e como ponto de partida, pode-se estabelecer o seguinte constructo das competências socioemocionais: adaptação (ao contexto, às mudanças, a situações incertas), assertividade, autoconfiança, autocontrole, autocrítica, autonomia, boa disposição para o trabalho, capacidade para argumentação, capacidade para manter

relações positivas com os demais, capacidade para superar dificuldades, capacidade para tomar decisões, coerência, comportamento de atenção às pessoas, comunicação, constância, controle do estresse, cooperação, disposição para a formação contínua, paciência, persistência na tarefa até concluí-la satisfatoriamente, prevenção e solução de conflitos, reconhecimento dos próprios limites, resistência emocional, responsabilidade (PÉREZ ESCODA, 2001).

Pesquisa realizada por Peres e Martins (2012) revela que as práticas pedagógicas não têm permitido a diferentes crianças e adolescentes expressarem suas necessidades cognitivo/afetivas nas salas de aula e que o conhecimento sobre as próprias emoções e a sua vivência adaptativa é fundamental para a superação dos índices elevados de fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem, além de colaborar na prevenção de violências. (PERES e MARTINS, 2012).

Nas palavras de Bisquerra (2003):

A educação emocional é uma forma de prevenção primária inespecífica. Entendemos como tal a aquisição de competências que se podem aplicar a uma variedade de situações, tais como a prevenção do consumo de drogas, prevenção do estresse, ansiedade, depressão, violência, etc. A prevenção primária inespecífica pretende minimizar a vulnerabilidade da pessoa a determinadas disfunções (estresse, depressão, impulsividade, agressividade, etc.) ou prevenir sua ocorrência. Para isto se propõe o desenvolvimento de competências básicas para a vida. Quando toda via não há disfunção, a prevenção primária tende a convergir com a educação para maximizar as tendências construtivas e minimizar as destrutivas. (Bisquerra, 2003: 21. Tradução nossa)

Cabe destacar que o desenvolvimento das competências socioemocionais deve se dirigir a todo o alunado e não apenas a grupos de risco. Prevenção e desenvolvimento confluem neste sentido (WEISSBERG e GREENBERG, 1998). Além disso, é necessário ter em conta que o desenvolvimento de tais competências exige muito tempo para adquiri-las, requerendo muita prática, feedback e aplicação em contextos diferentes, já que não se adquire pela simples exposição do professor ou com leituras de um livro (BISQUERRA, 2000). A competência socioemocional está para além de uma correção gramatical; é preciso internalizá-la. Aprender a pensar, sentir e fazer diferente – em uma palavra, desaprender -, pode ser mais difícil que aprender. Por isso, o

desenvolvimento das competências socioemocionais deveriam ser iniciadas desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Neste contexto, cabe ao profissional da educação um papel especial, já que ele acompanha o crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente, podendo colaborar na prevenção, além da identificação da violência e encaminhamentos devidos.

Tradicionalmente a escola tem se centrado em aspectos cognitivos, priorizando as aprendizagens científicas e técnicas, deixando de lado o conhecimento das pessoas, não se ocupando de refletir sobre os sentimentos e as emoções. Não obstante, os aportes científicos têm revelado, cada vez mais, a estreita vinculação entre as emoções, o pensamento e as ações como base de toda atividade humana.

Neste sentido, é fundamental para a prevenção da violência – e também para o seu enfrentamento – lidar com a questão das emocionalidades presentes no contexto escolar.

Gonsalves(2012) afirma a necessidade de trabalhar a competência afetiva, ou seja, trabalhar na escola não apenas os conteúdos tradicionais, mas sim trabalhar a afetividade de forma interdisciplinar, visando também outras competências, como a atitudinal, procedimental e conceitual. Segundo a autora, a competência afetiva está presente no cotidiano, envolvendo valores, atitudes, normas e posturas que influem nas relações e interações da comunidade escolar numa perspectiva educacional, valorativa. Esta compreensão está assentada no pensamento de Paulo Freire, que afirma a importância que se deve ter em construir vínculos com os educandos, pois é através desses vínculos que o ambiente escolar torna-se propício a aprendizagem, e como afirma Paulo Freire não devemos ter vergonha de criar vínculos, pois favorecem um ambiente amistoso, tornando prazeroso o processo de aprendizagem.

É importante que saibamos distinguir a disparidade que há entre o fato de exercermos a tarefa de ensinar de forma que a aprendizagem se dê de maneira significativa, sem que deixemos de lado nossos sentimentos e emoções:

É preciso ousar, no sentido pleno desta palavra, para falar em *amor* sem ser chamado de *piegas*, de *meloso*, de a-científico, senão de anti-científico. É preciso ousar para dizer, cientificamente e não bla-bla-blamente, que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica. Jamais com, esta apenas. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional. (FREIRE, 1997 p. 8)

Considerações Finais

As emoções desempenham um papel central nas nossas vidas, especialmente por serem estruturantes no desenvolvimento de uma pessoa. Elas influenciam a personalidade, estão nos comportamentos, têm impactos na nossa saúde. Além disso, as emoções estão na fonte da aquisição de competências fundamentais para lidar com exigências sociais, que clamam por pessoas com disposição para trabalhar em grupos e que tenham capacidade de estabelecer relações interpessoais harmoniosas e saudáveis.

Por fim, cabe dizer que o ritmo em que se dá o dia-a-dia da sala de aula, muitas vezes não é favorável, porém, não podemos deixar que a necessidade de expressar e de vivenciar a afetividade seja sufocada. Sair do analfabetismo emocional é também uma possibilidade de libertação de opressões que cotidianamente estamos sujeitos, além de ser uma forma de empoderamento dos sujeitos sociais. Este é o desafio.

REFERÊNCIAS

- BISQUERRA, Educación emocional y bienestar. Barcelona: Praxis, 2000.
- Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente, - 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.
- BISQUERRA, R. Revista de investigación Educativa, 2003, Vol. 21, nº.1.
- ESCOLA QUE PROTEGE: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes / Vicente de Paula Faleiros, Eva Silveira Faleiros, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 2ª edição.
- FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: OLHO D'água, 1997.
- GONSALVES, Elisa. Curva Pedagógica. João Pessoa: Editora da Universidade da UFPB, 2012.
- GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes. Paraíba, 2013.
- GRACZYK, P. A., Weissberg, R. P., Payton, J. W., Elias, M. J., Greenberg, M. T., y Zins, J. E.(2000). Criteria for Evaluating the Quality of School-Based Social and Emotional Learning Programs. En R. Bar-On y J. D. A. Parker, The Handbook of

Emotional Intelligence. Theory, Development, Assessment, and Application at Home, School, and in the Workplace (pp. 391-410). San Francisco, Ca: Jossey-Bass.

PERES, Vannúzia Leal Andrade; MARTINS, Luiz Roberto Rodrigues. A produção subjetiva da violência nas escolas: indicador de sentido para avaliação e desenvolvimento de política educacional Rev.psicopedag. vol.29 no.90 São Paulo 2012.Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862012000300006, acesso em 30/09/2014.

PÉREZ ESCODA, N. (2001). Proyecto docente. Barcelona: Universidad de Barcelona, Departamento MIDE.

PERRENAUD, Phillipe. (1999). Construir competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas.

SAARNI Saarni, C. (1999). The development of emotional competence. Nueva York: Guilford.

SAARNI, C. (2000). Emotional Competence. A Developmental Perspective. En R. Baron y J. D. A. Parker (Eds.), The Handbook of Emotional Intelligence. Theory, Development, Assessment, and Application at Home, School, and in the Workplace (pp. 68-91). San Francisco, Ca: Jossey-Bass.

WEISSBERG, R. P., & Greenberg, M.T. (1998). School and community competence-enhancement and prevention programs. I.E. Sigel & K.A. Renninger (Eds.), Handbook of child psychology: Vol.4. Child psychology in practice. Nueva York: John Wiley & Sons.

WASELFFITZ, J. Mapa da violência 2012, crianças e adolescentes do Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf, acesso em 27/09/2014.